



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Av. Carlos Gomes, S/N – Bairro: Arigolândia – Porto Velho (RO) – CEP: 78900-000 – Fone (Fax): 3901.3108
- PROTOCOLO -

**NÃO INCIDÊNCIA DO ISSQN – O VALOR INTERMEDIADO NO MERCADO
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, OVALOR DOS DEPÓSITOS
BANCÁRIOS, O PRINCIPAL, JUROS E ACRÉSCIMOS MORATÓRIOS
RELATIVOS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS POR
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

Formulário XXIV

Ilmo. Sr. (a) Secretário (a) Municipal de Fazenda

localizado à rua/av _____ nº _____
_____complemento _____bairro _____,
Inscrição Cadastral Mobiliária _____ fone _____ celular _____,
nos termos do artigo 57, III, da Lei Complementar nº. 199 de 21
dezembro de 2004, que concede **NÃO INCIDÊNCIA DO ISSQN – O VALOR
INTERMEDIADO NO MERCADO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
OVALOR DOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS, O PRINCIPAL, JUROS E
ACRÉSCIMOS MORATÓRIOS RELATIVOS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO
REALIZADAS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**, vem requerer, respeitosamente
a V. Sr.^a, se digne outorgar-lhe a referida não incidência.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Porto Velho, _____ de _____ de _____.

Contribuinte ou Representante Legal
CPF:

➤ Documentos Necessários

XXIV. NÃO INCIDÊNCIA DO ISSQN – O VALOR INTERMEDIADO NO MERCADO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, O VALOR DOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS, O PRINCIPAL, JUROS E ACRÉSCIMOS MORATÓRIOS RELATIVOS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - art. 57, III da LC 199/04

- a) Requerimento específico original;
- b) Estatuto ou ato constitutivo da entidade, registrado em cartório;
- c) Plano de Contas Contábil Analítico;
- d) Taxa de abertura de processo, devidamente paga.

➤ OBS:

- a) As cópias de documentação deverão ser acompanhadas das originais para conferência;
- b) A autoridade competente poderá solicitar outros elementos que julgar necessários para a instrução do processo, inclusive visando à comprovação da veracidade das declarações apresentadas.

O cumprimento integral das exigências constantes da presente instrução nº. 005/2009 é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado, cuja inobservância, por parte do requerente, determina o seu respectivo arquivamento.